

TJ-RJ decide multa de mais de R\$ 800 mil ao Sepe por greve de 2016 na rede estadual

Decisão é mais um ataque que une governos e Judiciário contra direito à greve dos trabalhadores



ARQUIVO SEPE/SAMUEL TOSTA

O Sepe denuncia mais um ataque contra o direito dos trabalhadores a realizarem greves por seus direitos. O Tribunal de Justiça (TJ-RJ) proferiu sentença definitiva que obriga o Sepe a pagar, **em 15 dias**, multa de mais de R\$ 800 mil pela greve da rede estadual de 2016.

Naquele ano, o então governador, Luiz Fernando Pezão, acionou a Justiça para acabar com a greve. O TJ, então, determinou a permanência em sala de aula de 70% dos profissionais de educação, sob pena de multa diária.

Desde a decisão judicial em 2016, o sindicato vinha recorrendo, mas após a negativa a todos os nossos recursos, o TJ publicou, em 22 de janeiro, o veredito final que nos obriga o pagamento da multa estipulada, com juros e a

correção do período. A confirmação da multa ao sindicato configura prática comum, que une governos e o Poder Judiciário contra o direito constitucional à greve.

O Sepe reitera que ataques e intimidações não irão nos calar nem arrefecer a nossa mobilização em defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade para todos. Não abriremos mão da valorização dos profissionais que diariamente nas escolas, enfrentam baixos salários, péssimas condições de trabalho e o assédio dos governos estadual e municipais. A greve é direito constitucional de todo trabalhador.



Seeduc amplia perseguição política na rede estadual

No governo Cláudio Castro a perseguição aos profissionais tem aumentado com abertura de sindicâncias que se transformam em PAD (processos administrativos disciplinares). Profissionais que respondem a esses PAD são ouvidos e julgados por uma comissão constituída de policiais, em maioria aposentados. Pelo Diário Oficial, podemos observar como tem aumentado o número de PAD. Denúncias como a do Sepe Magé/Guapimirim têm sido constantes e são exemplo de políticas de controle sobre a atuação do professor que culminam em sindicâncias.

Em janeiro de 2024, o professor José Carlos Madureira, diretor do C. E. Infante Dom Henrique, foi suspenso por 30 dias, após responder a uma sindicância por pressão do presidente da Comissão de Educação da ALERJ, deputado Alan Lopes (PL). Lopes denunciou o diretor por ter cedido o espaço da escola para um evento do Fórum Estadual de Educação, no qual o próprio deputado participou como convidado e discursou. A suspensão do diretor se soma à perseguição contra a professora Daniela Abreu, que também foi denunciada por Alan Lopes e sofre até hoje uma grave perseguição política, além de responder a um processo administrativo.

O Sepe repudia a política da SEEDUC, que atua em parceria com o deputado Alan Lopes. Exigimos que o governador Cláudio Castro viabilize uma corregedoria que seja composta por educadores e não por policiais. Abaixo a repressão aos educadores do estado do Rio de Janeiro!



INFORMATIVO DO SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

EDIÇÃO REDE ESTADUAL

Nº 31 | Finalizada em: 01/02/2024

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj

facebook.com/Seperj

youtube.com/SepeRJoficial

twitter.com/RjSepe

FOTO AGENCIA BRASIL

Cláudio Castro e Roberta Barreto

INIMIGOS DA EDUCAÇÃO!

Assembleia da REDE ESTADUAL

24 de fevereiro 14h - Club Municipal

REPRODUÇÃO

O Sepe convoca todos os profissionais da rede estadual para assembleia geral no dia 24 de fevereiro, no auditório do 6º andar do Club Municipal (Rua Haddock Lobo, 359 - Tijuca), a partir das 14h. Vamos discutir a mobilização da categoria para 2024 e as estratégias de luta para conquistarmos as nossas reivindicações, entre elas, o piso nacional; o cumprimento pelo governo estadual do acordo do final da greve de 2023 de todas as disciplinas com, no mínimo, dois tempos semanais; a revogação do Novo Ensino Médio, a Campanha Salarial, entre outras demandas urgentes.



CALENÁRIO DE LUTA:

- **5/02** - Plenária GT do Novo Ensino Médio
- **23/02** - Conselho Deliberativo da Rede Estadual, às 18h
- **24/02** - Assembleia geral da rede estadual (14h - Club Municipal)

Escândalos de gastos sem licitação da SEEDUC já viraram rotina

Ao longo de todo o ano passado e no início de 2024 tivemos inúmeras denúncias de gastos realizados pela SEEDUC sem passar pelo devido crivo dos órgãos de controle do Estado. Um exemplo são as duas compras de livros paradidáticos realizadas em setembro e em dezembro de 2023, em que foram gastos R\$ 618 milhões e R\$ 90 milhões, respectivamente. As compras foram feitas sem licitação e denunciadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) e ao Ministério Público (MP) estadual.

No primeiro caso, após denúncias da imprensa e do deputado Flávio Serafini (PSOL), a SEEDUC criou comissão extraordinária para analisar os procedimentos de aquisição dos 1,7 milhão de livros, a um custo de R\$ 618 milhões. O prazo dado aos trabalhos da comissão foi de apenas 10 dias e em seguida o processo de compra seguiu adiante. Na última semana de dezembro, em pleno recesso, a Secretaria novamente não licitou a compra de R\$ 90 milhões em livros, que apresentam sobrepreço de até quatro vezes na comparação com preços de mercado.

ALUGUEL MILIONÁRIO NA NOVA SEDE DA SEEDUC

Outro escândalo foi o pagamento, no final de 2023, de R\$ 500 mil mensais

com o aluguel da nova sede da SEEDUC com receitas da folha de pagamento da categoria. A denúncia foi feita pela TV Globo, baseada num questionamento do TCE sobre o contrato de aluguel sem licitação de parte de um prédio localizado na Cidade Nova por R\$ 500 mil mensais. No total são R\$ 15,5 milhões a título de aluguel por 30 meses. A sede antiga, no Santo Cristo, foi interditada por risco de desabamento.

Há pouco tempo, a imprensa denunciou Barreto pelo recebimento de salários de fontes diferentes: como secretária e como profissional da rede municipal de Duque de Caxias. A Globo também mostrou que Barreto e parentes foram denunciados por terem feito parte da folha secreta do escândalo do CEDERJ.

A SEEDUC tem que explicar as irregularidades dessas transações sem a devida tomada de preços que passam por cima de qualquer boa prática administrativa. A população tem que ser esclarecida sobre a necessidade desses gastos milionários com livros neste momento em que as escolas vivem crise sem precedentes com problemas de infraestrutura, climatização e da enorme carência de profissionais de educação.



PF APERTA CERCO A CLÁUDIO CASTRO COM DENÚNCIAS DE RECEBIMENTO DE PROPINAS

2024, definitivamente, não começa bem para Cláudio Castro. No dia 18 de janeiro, a Polícia Federal divulgou relatório sobre recebimento de pagamentos indevidos em, ao menos, sete oportunidades entre 2017 e 2019, enquanto ocupava os cargos de vereador e vice-governador. Esses pagamentos se originariam de propinas e transações fraudulentas com contratos celebrados pelo Estado com empresas e operadores financeiros. A soma total chega a R\$ 326 mil e US\$ 20 mil.

A investigação da PF foi autorizada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que expediu mandados de busca na casa de um irmão do governador. A operação resultou na apreensão de grande quantidade de dinheiro em espécie. Segundo o STJ existem indícios suficientes da prática de crimes, envolvendo a atuação de Castro como agente político.

Para o Sepe, é indispensável que estas investigações sejam aprofundadas e, ao final, que sejam responsabilizados e punidos todos os en-

volvidos no desvio ou apropriação do dinheiro público. Num estado onde os profissionais de educação das escolas estaduais recebem um dos piores vencimentos-base no país e o governo não cumpre a Lei do Piso do Magistério, é inadmissível que os repetidos desvios, caso provados, não redundem em prisão e perda do mandato.

No século XXI, todos os governadores do Rio foram presos, durante ou após o mandato. Pelo visto, Cláudio Castro não será exceção à regra.

Revogação do Novo Ensino Médio precisa estar na ordem do dia

A reforma do Novo Ensino Médio (NEM) chega a momentos decisivos. O Congresso Nacional tentou, no apagar das luzes de 2023, votar uma mudança que, na prática, manteria os principais problemas da reforma. O governo, em acordo, conseguiu adiar a votação do tema, **que deve voltar à pauta após o carnaval.**

A CONAE 2024 aprovou a urgência em revogar o NEM (*leia abaixo*). O governo Lula poderia revogar a reforma por decreto e tem nas mãos o poder de acabar com um dos maiores ataques à educação brasileira dos últimos tempos.

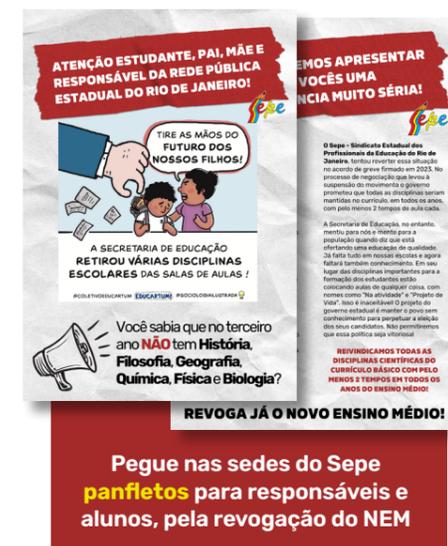
Enquanto isso, o governador Cláudio Castro e a secretária de Educação, Roberta Barreto, pio-

raram a implementação do novo ensino médio na rede estadual. Iniciada em 2022, neste ano a reforma afeta diretamente a grade do 3º ano, em seu último ano de transformação nos currículos do ensino médio, criando um abismo entre as grades da rede pública e privada, aprofundando as diferenças gigantescas entre estudantes que prestarão o mesmo ENEM.

A Seeduc ainda descumpru o acordo de greve, que assegurava o mínimo de dois tempos de todas as disciplinas do currículo básico em todos os anos de escolaridade. O Jurídico do Sepe estuda medidas para barrar este absurdo.

O Sepe convoca todos os profissionais de educação, estudan-

tes e movimentos sociais para a **reunião ampliada do GT contra o Novo Ensino Médio, no dia 05/02.** Só a nossa organização e luta serão capazes de barrar a reforma.



Sepe participou da CONAE em Brasília

O Sepe participou da edição 2024 da CONAE, de 28 a 30 de janeiro, no auditório da Universidade de Brasília (UnB) com mais de 2.500 participantes de todo o País. O sindicato enviou delegação de 20 pessoas, eleitas nos encontros municipais e no estadual.

A CONAE terminou no dia 30/01, com a aprovação do texto final do evento que será enviado ao Ministério da Educação, com vistas à formatação do novo Plano Nacional de Educação (PNE) a ser enviado ao Congresso para ser transformado em Lei.

Entre as propostas aprovadas estão a revogação das reformas impostas pelos governos Temer e Bolsonaro, com a **revogação do Novo Ensino Médio (NEM)** e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), medidas combatidas pelas entidades representativas dos profissionais de educação e dos movimentos sociais. O dia derradeiro do evento teve a presença do ministro da Educação, de parlamentares e do presidente Lula, que discursou e pediu o empenho dos participantes para a aprovação do projeto de lei a ser enviado ao Congresso para criação do novo PNE.

